

## EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I — PARTE I

Órgão destinado à publicação dos atos da administração centralizada  
impresso nas oficinas de Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

## ASSINATURAS

| REPARTIÇÕES E PARTICULARES |            | FUNCIONÁRIOS   |            |
|----------------------------|------------|----------------|------------|
| Semestre .....             | Cr\$ 30,00 | Semestre ..... | Cr\$ 22,50 |
| Ano .....                  | Cr\$ 60,00 | Ano .....      | Cr\$ 45,00 |
| Exterior                   |            | Exterior       |            |
| Ano .....                  | Cr\$ 65,00 | Ano .....      | Cr\$ 50,00 |

## PORTE AEREO

|                      |                       |                      |
|----------------------|-----------------------|----------------------|
| Mensal .. Cr\$ 17,00 | Semestral Cr\$ 102,00 | Anual .. Cr\$ 204,00 |
|----------------------|-----------------------|----------------------|

## NÚMERO AVULSO

— O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,01, se do mesmo ano, e de Cr\$ 0,01 por ano, se de anos anteriores.

1) O expediente das repartições públicas, destinado à publicação, será recebido na Seção de Comunicações até as 17 horas. O atendimento do público pela Seção de Redação será de 12 às 18 horas.

2) Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados diretamente, em espaço dois, em papel acetinado ou agraminhado, medindo 22x33 centímetros, sem emendas ou rasuras que dificultem a sua compreensão, em especial quando contiverem tabelas.

Serão admitidas cópias em tinta preta e indelével, a critério do D.I.N.

3) Os originais encaminhados à publicação não serão restituídos às partes.

4) As reclamações pertinentes à matéria recebida, nos casos de erro ou omissão, serão encaminhadas, por escrito à Seção de Redação, até o quinto dia útil subsequente à publicação.

5) As assinaturas serão tomadas no D.I.N. O transporte por via aérea será contratado separadamente, com a Delegacia da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Brasília. Esta poderá se encarregar também de encaminhar o pedido de assinatura ao D.I.N. Neste caso o assinante dirigirá ao D.I.N. o pedido de assinatura e o pagamento do valor correspondente, na forma do item seguinte.

6) A remessa de valores para assinatura, que será acompanhada de esclarecimentos quanto à sua aplicação, será feita somente por

cheque ou vale postal, em favor de Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional. Quanto ao contrato de porte aéreo, em favor da Delegacia Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Brasília.

7) No caso de porte aéreo para localidade não servida por esse meio de transporte, a Delegacia Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Brasília se obriga a completar o encaminhamento ao destinatário por outras vias, independentemente de acréscimo no preço.

8) A Delegacia Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Brasília reserva-se o direito de reajustar os seus preços, no caso de elevação de tarifas comerciais aéreas, mediante aviso-prévio aos assinantes.

9) Os prazos da assinatura poderão ser semestral ou anual e se iniciará sempre no primeiro dia útil do mês subsequente. O pedido de porte aéreo poderá ser mensal, semestral ou anual. O prazo das assinaturas para o Exterior é somente anual e não haverá transporte por via aérea.

10) A renovação deverá ser solicitada com antecedência de 30 dias do vencimento da assinatura e do porte aéreo vencidos, serão suspensos independentemente de aviso-prévio.

11) Para receberem os suplementos às edições dos órgãos oficiais os assinantes deverão solicitá-los no ato da assinatura.

12) Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

da, um cargo de Procurador da Fazenda Nacional de 1ª Categoria, considerado desnecessário nos termos do Decreto-lei nº 439, de 4 de março de 1969.

Art. 2º Fica aproveitado no cargo a que se refere o artigo anterior, Moacyr Araújo Pereira, colocado em disponibilidade pela portaria ali mencionada.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de fevereiro de 1972; 151ª da Independência e 84ª da República.

EMÍLIO G. MÉDICI  
José Flávio Pécora

DECRETO Nº 70.152 — DE 17 DE  
FEBREIRO DE 1972

Altera o Decreto nº 68.436, de 29 de março de 1971, modificado pelo de nº 68.767, de 17 de junho de 1971.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo nº 30.664-71, do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, decreta:

Art. 1º Passa a integrar a relação constante do artigo 1º do Decreto nº 68.436, de 29 de março de 1971, modificado pelo de nº 68.767, de 17 de junho de 1971, com o respectivo ocupante, a função, abaixo indicada:

- 1 — Trabalhador, referência 17
- 1 — Anísio Leão dos Santos

Art. 2º Em consequência do disposto no artigo anterior, fica alterada a redação dada ao artigo 2º do Decreto nº 68.436, de 29 de março de 1971, pelo Decreto nº 68.767, de 17 de junho de 1971, da seguinte forma:

"Art. 2º Fica alterado, na forma da relação nominal anexa, o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Ministério da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 56.386, de 1 de junho de 1965, e

retificado pelo de nº 64.680, de 11 de junho de 1969, para efeito de reajuste ao sistema de classificação de cargos constante da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1950 de 1 (uma) função de Conferente, referência 19, prevista no citado Decreto nº 66.881, de 16 de julho de 1970, e ocupada por Manoel de Oliveira."

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de fevereiro de 1972; 151ª da Independência e 84ª da República.

EMÍLIO G. MÉDICI  
José Flávio Pécora

RELACÃO NOMINAL A QUE SE  
REFERE O ARTIGO 2º DO DE-  
CRETO Nº 68.436, DE 29 DE MAR-  
ÇO DE 1971

## MINISTERIO DA FAZENDA

QUADRO DE PESSOAL — PARTE PERMANENTE

Classe: Escrivente-Datilógrafo

Código: AF-204.7

3.299 cargos (330 vagos)

2.969 — Referência-base

.....

2.969 — Manoel de Oliveira

DECRETO Nº 70.153 — DE 17 DE  
FEBREIRO DE 1972

Redistribui cargo, com o respectivo ocupante, do Ministério da Fazenda para o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da Lei nº 5.633, de 2 de dezembro de 1970, decreta:

Art. 1º Fica redistribuído, com o respectivo ocupante, para o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, um cargo de Escrivente-Datilógrafo, Código AF-204.7, ocupado por Milton

da Silva, integrante do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Fazenda, mantido o regime jurídico do servidor.

Art. 2º O disposto neste ato não homologa situação que, em virtude de sindicância, inquérito administrativo ou revisão de enquadramento, venha a ser considerada nula, ilegal ou contrária a normas administrativas vigentes.

Art. 3º O órgão de pessoal do Ministério da Fazenda remeterá ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da vigência deste Decreto, os assentamentos funcionais do servidor mencionado no artigo 1º.

Art. 4º O ocupante do cargo ora redistribuído continuará a perceber os seus vencimentos e vantagens pelo órgão de origem, até que o orçamento da Justiça do Trabalho consigne os recursos necessários ao pagamento das despesas resultantes do cumprimento do disposto neste ato.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de fevereiro de 1972; 151ª da Independência e 84ª da República.

EMÍLIO G. MÉDICI  
Alfredo Buzaid  
José Flávio Pécora

DECRETO Nº 70.154 — DE 17 DE  
FEBREIRO DE 1972

Classifica os órgãos de deliberação coletiva existente na área do Ministério da Fazenda.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 5.708 de 4 de outubro de 1971, decreta:

Art. 1º Ficam classificados, de acordo com o Decreto nº 69.382, de 19 de outubro de 1971, os seguintes órgãos

de deliberação coletiva existentes na área do Ministério da Fazenda:

I — Órgãos de 2º grau (letra b do artigo 1º do Decreto nº 69.382, de 19 de outubro de 1971);

- a) Conselho de Política Aduaneira;
- b) Conselho de Terras da União;
- c) Comissão de Estudos Tributários Internacionais — CETI; e
- d) Conselho Deliberativo da Casa da Moeda;

II — Órgãos de 3º grau (letra c do artigo 1º do Decreto referido):

- a) Primeiro Conselho de Contribuintes;
- b) Segundo Conselho de Contribuintes;
- c) Terceiro Conselho de Contribuintes;
- d) Conselho Superior de Tarifas; e
- e) Comissão de Defesa de Capitais Nacionais — CODECAN.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de fevereiro de 1972; 151ª da Independência e 84ª da República.

EMÍLIO G. MÉDICI  
José Flávio Pécora

DECRETO Nº 70.160 — DE 18 DE  
FEBREIRO DE 1972

Promulga os Artigos do Acordo sobre o Instituto Internacional do Algodão.

O Presidente da República. Havendo sido aprovados, pelo Decreto-Legislativo nº 89, de 21 de setembro de 1971, os Artigos do Acordo Sobre o Instituto Internacional do Algodão, aberto à assinatura em Washington, de 17 de janeiro a 28 de fevereiro de 1966;

E havendo o referido Acordo, em conformidade com o seu artigo X, seção 6, (a), entrado em vigor a 14 de fevereiro de 1966;

Decreta que o Acordo, apenso por cópia ao presente Decreto, seja exe-

entado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Brasília, 18 de fevereiro de 1972, 151ª da Independência e 84ª da República.

Emílio G. Médici

Mário Gibson Barboza

#### Artigos do Acordo Sobre o Instituto Internacional do Algodão

Os Governos partes no presente Acordo criam o Instituto Internacional do Algodão, doravante denominado o Instituto, como uma associação de Governos, a qual procederá em conformidade com os dispositivos seguintes:

##### Artigo I — Objetivos

Os objetivos para os quais é organizado o Instituto são:

a) Aumentar o consumo mundial de algodão em rama, incluindo os tipos de fibra extra longa, e dos produtos manufaturados de algodão;

b) Estudar os problemas e as possibilidades de desenvolvimento do mercado algodoeiro e disseminar informações sobre tais problemas e possibilidades;

c) Empreender e executar programas de desenvolvimento do mercado algodoeiro através da pesquisa de utilização, pesquisa de mercado, promoção de vendas, educação e relações públicas a luz das exigências do mercado e dos meios existentes para tal tipo de atividade;

d) Executar, separadamente ou em colaboração com outros, tudo o que o Instituto vier a considerar necessário, pertinente, ou conducente à consecução dos objetivos acima mencionados.

O Instituto desempenhará suas funções e exercerá suas atribuições apenas no sentido de atender aos interesses comuns de seus membros na promoção do bem geral da economia algodoeira e das indústrias têxteis algodoeiras do mundo. Não tomará medidas que sirvam para facilitar a realização de transação comercial específica de seus membros ou promover os interesses particulares de qualquer membro, nem se empenhará em qualquer atividade que constitua uma transação regular do tipo normalmente executado com finalidades lucrativas.

##### Artigo II — Responsabilidades

Nenhum membro será responsável, por motivo de sua participação, pelas obrigações do Instituto.

##### Artigo III — Organização e Direção

###### Seção 1. Escritório.

O escritório principal do Instituto será em Washington, a não ser que a Assembleia Geral do Instituto, doravante denominada Assembleia Geral, determine o estabelecimento de uma sede permanente em local diverso. O Instituto poderá também estabelecer escritórios em outros locais que a Assembleia Geral venha eventualmente a determinar.

###### Seção 2. Ano Fiscal.

O ano fiscal do Instituto terminará no dia 31 de dezembro de cada ano.

###### Seção 3. Assembleia Geral.

a) As atividades e negócios do Instituto serão dirigidos, administrados e controlados por uma Assembleia Geral. Cada membro do Instituto designará uma pessoa como seu delegado à Assembleia Geral. Além disso, cada membro poderá designar um ou mais delegados alternos e um ou mais assessores do seu delegado. Delegados, delegados-alternos e assessores serão considerados representantes do membro que os designar. Os representantes de qualquer membro poderão ser funcionários do Governo ou quaisquer outras pessoas que o membro designar. Um delegado-alterno

poderá votar apenas na ausência do delegado do qual ele é alterno.

b) Haverá um total de 1.000 votos na Assembleia Geral, 300 dos quais, ou o menor número mais próximo que seja exatamente divisível pelo número de membros, serão divididos igualmente entre os membros. Além disso, cada membro terá direito a uma parcela dos votos restantes correspondente à proporção existente entre a sua contribuição financeira e o total das contribuições financeiras de todos os países-membros, arredondadas as frações de voto da maneira determinada pela Assembleia Geral. O poder de voto dos membros será revisado e redistribuído pela Assembleia Geral em cada reunião anual, aplicando-se essa fórmula ao mais recente período de exportação. O poder de voto será também redistribuído subsequentemente a qualquer mudança na composição dos membros.

c) O Secretário-Executivo do Comitê Consultivo Internacional do Algodão será membro "ex officio" da Assembleia Geral, com voz mas sem voto.

d) Os representantes de países exportadores de algodão que não sejam membros do Instituto, e os representantes de países consumidores de algodão e de organizações algodoeiras apropriadas poderão ser convidados pela Assembleia Geral para assistir às suas reuniões plenárias como observadores.

e) A Assembleia Geral reunir-se-á ao menos uma vez por ano no escritório principal do Instituto ou em outro local indicado pela Assembleia Geral.

f) Poderão ser convocadas reuniões especiais da Assembleia Geral pelo Presidente, tornando-se tal convocação obrigatória no caso de pedido escrito de maioria dos delegados ou de fração de delegados que detenham maioria de votos na Assembleia Geral.

g) Será entregue a cada membro, não menos de vinte e não mais de cinquenta dias antes da data da reunião, comunicação escrita ou impressa indicando local, dia, hora e, no caso de reuniões especiais, o objetivo da reunião. O não-recebimento da comunicação por qualquer representante ou outra pessoa a quem ela deva ser entregue não invalidará os trabalhos da reunião.

h) O quorum de uma reunião será constituído por representantes com direito a voto num total de dois terços do número global de votos da Assembleia Geral. A não ser quando especificamente indicado em contrário nestes artigos, será necessário, para a adoção de qualquer matéria votada na Assembleia Geral, o voto afirmativo de dois terços dos votos a que tem direito os representantes presentes a uma reunião na qual haja quorum.

i) A Assembleia Geral adotará as regras e os regulamentos, inclusive as regras de procedimento necessárias para o cumprimento do disposto no Acordo e que com ele sejam compatíveis.

j) A Assembleia Geral poderá decidir sobre questões específicas sem realizar uma reunião, em condições a serem estabelecidas nas regras de procedimento.

###### Seção 4. Mesa Diretora.

a) A Assembleia Geral elegerá dentre os delegados um Presidente, um Primeiro Vice-Presidente, um Segundo Vice-Presidente e um Terceiro Vice-Presidente. O Presidente será eleito por um período de dois anos e poderá, se reeleito pela Assembleia Geral, ocupar o posto por dois períodos adicionais de dois anos cada um. Cada Vice-Presidente será eleito por um período de dois anos e poderá, se reeleito pela Assembleia Geral, ocupar o posto por um período adicional de

dois anos. Todos os membros da Mesa Diretora eleitos dessa maneira permanecerão nos seus cargos até que seus sucessores tenham sido eleitos.

b) O Presidente presidirá a todas as reuniões da Assembleia Geral e do Comitê Executivo. Desempenhará todos os atos e obrigações dele exigidos pelo presente Acordo, a ele impostos pela Assembleia Geral mediante resolução e a ele solicitados pelo Comitê Executivo. Na ausência do Presidente, suas funções serão exercidas pelo Primeiro Vice-Presidente.

###### Seção 5. Comitê Executivo.

a) O Instituto terá um Comitê Executivo, composto do Presidente e dos três Vice-Presidentes. Na ausência de um dos membros da Mesa Diretora a uma reunião do Comitê Executivo, um delegado alterno designado pelo país que o referido membro da Mesa representa servirá como membro do Comitê Executivo. Exceto quando especificamente proibido por uma decisão aprovada por membros que detenham uma maioria de votos na Assembleia Geral, o Comitê Executivo exercerá, sempre que a Assembleia Geral não estiver em sessão, todos os poderes conferidos à Assembleia Geral pelo Artigo III, Seção 3, mas não os poderes conferidos à Assembleia Geral por outros dispositivos do presente Acordo. O Comitê Executivo manterá registro escrito de todos os seus atos e trabalhos e os relatará à Assembleia Geral.

b) O Diretor Executivo do Instituto será membro "ex officio" do Comitê Executivo, com voz mas sem voto.

c) O Secretário Executivo do Comitê Consultivo Internacional do Algodão será convidado a participar de reuniões do Comitê Executivo, com voz mas sem voto.

d) O voto afirmativo de três dentre a totalidade de membros votantes do Comitê Executivo será exigido para a adoção de qualquer medida que não a de recesso ou adiamento de uma reunião. Cada membro votante do Comitê Executivo terá igualdade de direito de voto.

###### Seção 6. Outros Comitês.

a) O Comitê Executivo poderá designar um Grupo Consultivo, composto de representantes dos setores comerciais e industriais dos países importadores ou exportadores de algodão. Incumbirá ao Grupo Consultivo assessorar e fazer recomendações à Assembleia Geral e ao Comitê Executivo com relação a todas as matérias que o Grupo considerar pertinentes para a consecução dos objetivos do Instituto.

b) A Assembleia Geral ou o Comitê Executivo poderão, mediante resolução, designar outros comitês consultivos, de investigação ou de pesquisa.

###### Seção 7. Diretor Executivo.

a) A Assembleia Geral designará um Diretor Executivo e estabelecerá a sua remuneração e as condições de sua designação.

b) O Diretor Executivo será o principal funcionário administrativo do Instituto. Preparará e submeterá à aprovação do Comitê Executivo um plano pormenorizado e o orçamento para o emprego dos fundos. Uma vez aprovados pelo Comitê Executivo, este submeterá o plano pormenorizado e o orçamento à aprovação da Assembleia Geral. O Diretor Executivo também será responsável pela organização de projetos e de atividades a serem consideradas pelo Comitê Executivo e pela Assembleia Geral, bem como pelo desdobramento dos recursos necessários à execução de programas e orçamentos aprovados pela Assembleia Geral. O Diretor Executivo será também responsável pela manutenção de registros de todos os atos e documentos

e os apresentará ao Comitê Executivo, a pedido deste, e à Assembleia Geral; além disso, preparará e submeterá um relatório anual que cubra todas as atividades programadas e despesas.

c) O Diretor Executivo criará um Manual de Procedimento das Operações, a ser aprovado pela Assembleia Geral. O manual aprovado estabelecerá dispositivos referentes à negociação e execução de contratos; gerará também itens como os níveis de tarifas, política de viagens, gratificações, despesas de representação, normas para relatórios, política de contratação de funcionários, salários e outras remunerações, aquisição de bens e serviços, iniciação de projetos, regras de avaliação de programas de outros pormenores operacionais.

d) O Diretor Executivo designará e demitirá funcionários, determinará sua remuneração e obrigações de acordo com o Manual de Procedimento de Operações.

###### Seção 8. Secretário e Tesoureiro.

a) O Diretor Executivo designará um Secretário, sujeito à aprovação do Comitê Executivo. O Secretário fará a comunicação de todas as reuniões da Assembleia Geral e a elas comparecerá, bem como a todas as reuniões do Comitê Executivo, das quais manterá atas. Ficará ele encarregado dos livros, registros e outros documentos do Instituto e se desincumbirá de todas as outras tarefas que recaiam sobre a sua função e lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral ou pelo Comitê Executivo.

b) O Diretor Executivo designará um Tesoureiro, sujeito à aprovação do Comitê Executivo. O Tesoureiro terá a guarda de todo o dinheiro pertencente ao Instituto, manterá registro completo de todas a receita e despesa, e se desincumbirá de todas as outras tarefas que recaiam sobre a sua função e lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral ou pelo Comitê Executivo. O Tesoureiro será obrigado a ter carta de fiança, paga pelo Instituto, a fim de proteger o Instituto das perdas ocasionais por omissão ou violação do dever.

###### Seção 9. Arquivos.

Uma lista dos membros do Instituto e dos nomes e endereços de seus representantes será mantida no seu escritório principal. Todos os livros e registros do Instituto serão colocados, a qualquer momento, à disposição de pessoa ou pessoas designadas por membros do Instituto. Tais registros serão mantidos até que sua destruição seja autorizada por voto unânime da Assembleia Geral.

##### Artigo IV — Contribuições e Finanças

###### Seção 1. Base da Contribuição Financeira.

a) A base da contribuição financeira anual de membros do Instituto equivalerá a um dólar norte-americano por fardo (500 libras peso bruto) de algodão fiável exportado por cada membro para a Europa Ocidental e Japão. Para os objetivos do presente Acordo, a Europa Ocidental incluirá os países seguintes: Austrália, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, República Federal da Alemanha, Suécia e Suíça. O volume das exportações nas quais se baseará a contribuição financeira será determinado pelas estatísticas fornecidas pelo Comitê Consultivo Internacional do Algodão. As Contribuições serão baseadas nas exportações para tais países durante o ano algodoeiro anterior ou na média dos três anos algodoeiros anteriores, a escolha do país-membro. O período selecionado inicialmente por

um país-membro não poderá depois ser mudado sem aprovação da Assembleia Geral. A não ser no caso previsto no parágrafo (b) abaixo e na Seção 6 deste artigo, pelo menos metade da contribuição anual de

ta de admissão; exceto que (b) cada novo membro admitido em 1936 pagará sua contribuição total dentro do prazo estipulado na Seção 1 deste artigo ou dentro de 60 dias da data da

deduzida do montante correspondente ao seu débito.

Artigo VI — *Situação Jurídica, Imunidade e Privilégios*

dos do Instituto, ou os familiares que com eles residam receberão de cada país-membro as mesmas imunidades, as restrições à imigração e às exigências de registro de estrangeiros e

## Seção 1.

Qualquer questão relativa à interpretação do disposto no presente Acordo, surgida entre qualquer membro e o Instituto, ou entre quaisquer membros, será submetida à decisão do Comitê Executivo. Se a questão afetar particularmente algum membro do Instituto que não tenha representante no Comitê Executivo, esse membro terá o direito de nomear um representante para participar da solução da questão. Em qualquer caso, após ter sido tomada uma decisão pelo Comitê Executivo, qualquer membro poderá requerer seja a questão submetida à Assembleia Geral, cuja decisão será final. Enquanto a questão estiver pendente de decisão da Assembleia Geral, o Instituto poderá, na medida em que julgar necessário, agir com base na decisão do Comitê Executivo.

## Seção 2.

Sempre que surgir uma questão entre o Instituto e algum membro suspenso, a referida questão será submetida à arbitragem de um tribunal de três árbitros, um designado pelo Comitê Executivo, outro pelo Governo envolvido na divergência e um terceiro pelos dois primeiros. Se os dois árbitros referidos não puderem concordar quanto ao terceiro, este será designado de forma aceitável a ambas as partes. O terceiro árbitro terá plenos poderes para resolver todas as questões processuais em qualquer situação em que as partes estiverem em desacordo a esse respeito.

## Artigo IX — Disposições Finais

## Seção 1. Assinatura.

O presente Acordo estará aberto à assinatura, em Washington, até 28 de fevereiro de 1966, inclusive, por qualquer Governo de país que produza e exporte algodão bruto e que seja membro do Comitê Consultivo Internacional do Algodão.

## Seção 2. Ratificação, Aceitação ou Aprovação.

O presente Acordo estará sujeito à ratificação, aceitação ou aprovação pelos Governos signatários em conformidade com suas respectivas exigências constitucionais. Os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados junto ao Governo dos Estados Unidos da América, doravante referido como o depositário.

## Seção 3. Adesão.

Qualquer Governo de país que produza e exporte algodão bruto e seja membro das Nações Unidas ou da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura poderá aderir ao presente Acordo, depositando o instrumento de adesão junto ao depositário, após ter sido a adesão aprovada pelos membros, por maioria de dois terços do total de votos da Assembleia Geral.

## Seção 4. Declaração de Intenção.

Se um Governo signatário, devido a seus preceitos constitucionais, não puder depositar um instrumento de ratificação, aceitação, ou aprovação até 14 de fevereiro de 1966, esse Governo poderá depositar junto ao depositário uma declaração de intenção de procurar obter a ratificação, aceitação ou aprovação de acordos com seus preceitos constitucionais, e de depositar tal instrumento logo que possível, até 1º de janeiro de 1967. Todo Governo cuja adesão ao presente Acordo for aprovada na Seção 3 deste Artigo e não puder depositar um instrumento de adesão, por força de seus preceitos constitucionais, poderá depositar, junto ao depositário, a declaração de intenção de procurar obter a ratificação, aceitação ou

seus preceitos constitucionais e de depositar um instrumento de adesão logo que possível, dentro de seis meses da data da declaração. O prazo expirado o prazo especificado na declaração de intenção ou qualquer prazo maior decidido pela Assembleia Geral, e se a declaração não tiver sido retirada, o Governo que tiver depositado tal declaração terá todos os direitos e obrigações de um membro do Instituto.

## Seção 5. Reservas.

Não poderão ser feitas reservas a qualquer das disposições do Acordo.

## Seção 6. Entrada em Vigor.

a) Sujeito ao parágrafo (b) desta Seção, o presente Acordo entrará em vigor, entre todos os Governos que depositarem os instrumentos referidos na Seção 2 deste Artigo, em 14 de fevereiro de 1966 ou na data mais próxima dentro dos seis meses seguintes em que os requisitos do parágrafo (b) desta Seção forem satisfeitos. Depois disso, o Acordo entrará em vigor para todos os países que depositarem qualquer dos instrumentos referidos nas Seções 2 ou 3 deste Artigo a partir da data do depósito.

b) Salvo o estabelecido no parágrafo (c) desta Seção, o presente Acordo entrará em vigor somente após o depósito dos instrumentos referidos na Seção 2 ou da declaração de intenção referida na Seção 4, ambas deste artigo, por parte dos Governos qualificados para assiná-lo e cujas exportações combinadas de algodão fiável para a Europa Ocidental e o Japão entre as datas de 1º de agosto de 1964 e 31 de julho de 1965 tenham totalizado quantidade não inferior a 3,8 milhões de fardos (um fardo — 500 libras peso bruto). (1)

c) Em 14 de fevereiro de 1966, ou qualquer data anterior à de 1º de janeiro de 1967, se o Acordo ainda não tiver entrado em vigor em conformidade com os parágrafos (a) e (b) desta Seção, os Governos de quaisquer dos países que depositaram os instrumentos referidos na Seção 2 deste artigo poderão decidir fazê-lo vigorar entre si, no todo ou em parte, e notificar, consequentemente, o depositário.

## Seção 7. Inauguração do Instituto.

Logo que o presente Acordo entrar em vigor, com base na Seção 6 deste Artigo, o Secretário Executivo do Comitê Consultivo Internacional do Algodão convocará uma reunião da Assembleia Geral. O Instituto iniciará suas operações na data em que for realizada esta reunião.

Em testemunho do que os abaixo-assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo nas datas apresentadas ao lado de suas assinaturas.

Feito em Washington, em um único original, que será depositado nos arquivos do Governo dos Estados Unidos da América, sendo uma cópia autenticada enviada pelo Governo dos Estados Unidos da América, a cada Governo signatário ou aderente.

DECRETO Nº 70.181 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1972

Altera a denominação e aprova o Regulamento para o Centro de Educação Física da Marinha.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e considerando o disposto no Decreto nº 62.860, de 18 de junho de 1968,

Organização do Ministério da Marinha, decreta:

Art. 1º Fassa a denominar-se Centro de Educação Física da Marinha, o atual Centro de Esportes da Marinha.

Art. 2º Fica aprovado o Regulamento para o Centro de Educação Física da Marinha, que a este acompanha, assinado pelo Ministro da Marinha.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 21.139, de 17 de maio de 1946 e demais disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1972; 151ª da Independência e 24ª da República.

Emílio G. Médici

Adalberto de Barros Nunes

REGULAMENTO PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA MARINHA

X

CAPÍTULO I

Dos Fins

Art. 1º O Centro de Educação Física da Marinha — criado pelo Aviso nº 1, de 4 de janeiro de 1916, com a denominação de Liga de Esportes da Marinha, foi incluído entre as repartições subordinadas à então Diretoria do Pessoal da Marinha pelo Decreto nº 24.581, de 5 de julho de 1934, e extinto pelo Decreto-lei nº 2.296, de 10 de junho de 1920, mesmo ato que criou o Departamento de Educação Física da Marinha, posteriormente extinto pelo Decreto-lei nº 7.467, de 16 de abril de 1945; foi recriado pelo Decreto-lei nº 9.265, de 17 de maio de 1946, com a denominação de Departamento de Esportes da Marinha, alterado para Centro de Esportes da Marinha pelo Decreto nº 32.742, de 7 de maio de 1953 — é o estabelecimento da Marinha, responsável pelo planejamento, e supervisão das atividades de educação física e esportivas, assim como pela direção e controle dos cursos de educação física na Marinha.

Art. 2º Para a consecução de sua finalidade, cabe ao CEFM:

I — Exercer as atribuições de órgão central das atividades de educação física e esportivas do Ministério da Marinha;

II — Sugerir medidas para o desenvolvimento da educação física e dos esportes na Marinha;

III — Ministrar cursos de educação física para o pessoal da Marinha, em nível de especialização, aperfeiçoamento e especiais;

IV — Realizar estudos e pesquisas sobre educação física, orientando o pessoal especializado;

V — Elaborar o Plano de Educação Física da Marinha;

VI — Promover a elaboração, pelos setores interessados, dos projetos específicos para posterior introdução no Plano Diretor da Marinha, através da sistemática vigente;

VII — Representar a Marinha na Comissão Desportiva das Forças Armadas (CDFA);

VIII — Manter entendimentos com as entidades esportivas civis e militares;

IX — Solicitar pessoal necessário à formação das equipes que irão representar a Marinha em competições desportivas;

X — Selecionar, orientar e controlar todo o treinamento das equipes que irão representar a Marinha em competições desportivas;

XI — Promover competições e intercâmbio com entidades civis;

XII — Elaborar e supervisionar o Calendário Esportivo da Marinha;

XIII — Manter o cadastro do pessoal especializado em educação física.

Art. 3º O CEFM é subordinado à Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.

Art. 4º O Centro de Educação Física da Marinha, dirigido por um Comandante (CEFM-01), assessorado por uma Comissão Desportiva da Marinha (CEFM-02), compreende três departamentos, a saber:

I — Departamento de Educação Física (CEFM-10);

II — Departamento de Esportes (CEFM-20); e

III — Departamento de Administração (CEFM-30).

§ 1º A Comissão Desportiva da Marinha, presidida pelo Comandante do CEFM, é constituída de representantes dos Comandos diretamente subordinados ao Comando de Operações Navais.

§ 2º O CEFM dispõe ainda de uma Secretaria (CEFM-03), diretamente subordinada ao Comandante.

## CAPÍTULO III

## Do Pessoal

Art. 5º O CEFM dispõe do seguinte pessoal:

I — Um Capitão-de-Mar-e-Guerra, da ativa, do Corpo da Armada, Comandante;

II — Um oficial superior, da ativa, cursado em educação física, Chefe do Departamento de Educação Física;

III — Um oficial superior, da ativa, Chefe do Departamento de Esportes;

IV — Um oficial superior, da ativa, Chefe do Departamento de Administração;

V — Oficiais dos diversos Corpos e Quadros, de acordo com a Tabela de Lotação;

VI — Praças do CPFA e do .... CPSCFM, de acordo com a Tabela de Lotação;

VII — Funcionários Civis do Quadro de Pessoal Civil do Ministério da Marinha, de acordo com a lotação numérica respectiva;

VIII — Pessoal Civil de outra origem, admitido de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo único. O pessoal será nomeado ou designado, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 6º O Regimento Interno para o Centro de Educação Física da Marinha preverá suas funções gratificadas a fim de serem criadas de conformidade da legislação em vigor.

## CAPÍTULO IV

## Das Disposições Gerais

Art. 7º Este Regulamento será complementado por um Regimento Interno, que deverá ser elaborado e aprovado de acordo com as normas em vigor.

## CAPÍTULO V

## Das Disposições Transitórias

Art. 8º Dentro de noventa dias, contados a partir da data da publicação do presente Regulamento em Boletim do Ministério da Marinha, o Comandante do Centro de Educação Física da Marinha submeterá a apreciação do Ministro da Marinha, via Diretoria do Pessoal Militar da Marinha, Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha, Secretaria-Geral da Marinha e Estado-Maior da Armada, o projeto de Regimento Interno elaborado pelo Centro de Educação Física da Marinha.

Art. 9º O Comandante do Centro de Educação Física da Marinha fica autorizado a baixar os atos necessários à adoção das disposições do presente Regulamento, até que seja aprovado o Regimento Interno. Adalberto de Barros Nunes, Ministro da Marinha.